

HABEAS CORPUS Nº 502.361 - SP (2019/0094761-9)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : JOSE MAURICIO CAMARGO
ADVOGADO : JOSE MAURICIO CAMARGO - SP292417
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIS CARLOS BARBOSA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. EXECUÇÃO CRIMINAL. PROGRESSÃO DE REGIME. AUSÊNCIA DE VAGAS. INEVIDÊNCIA DE TERATOLOGIA OU DE MANIFESTA ILEGALIDADE.

Writ indeferido liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de **Luis Carlos Barbosa**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo (HC n. 2069196-62.2019.8.26.0000).

Narram os autos que o Juízo da Vara de Execução Criminal da comarca de Rio Claro/SP (PEC n. 352.750), em 20/2/2019, concedeu ao paciente a progressão para o regime semiaberto.

Consta, também, que, em 1/3/2019, o executando foi transferido para Penitenciária de Asp Anísio Aparecido de Oliveira na comarca de Andradina/SP, a 600 km de distância de seus familiares.

Impetrado *writ*, na origem, o Desembargador De Paula Santos indeferiu a liminar.

Daí o presente *mandamus*, em que o impetrante sustenta, de início, a superação da súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

Alega que está *o paciente cumprindo pena em regime prisional mais gravoso do que lhe foi determinado, até a presente data, pelo lapso temporal superior a 01 (um) mês, em razão da morosidade judicial e do déficit de vagas em estabelecimento adequado correspondente, a violação ao seu direito de liberdade de locomoção e constrangimento ilegal são nítidas* (fl. 11).

Requer, inclusive em liminar, *a imediata concessão da medida liminar, para conceder a ordem de habeas corpus, determinando a aplicação de uma das hipóteses constantes no RE 641.320/RS, opinando o impetrante pela transferência do paciente para cumprir a pena em regime albergue domiciliar até que surja a vaga esperada em estabelecimento adequado ao correspondente do que lhe foi concedido, conforme aplicado pela jurisprudência* (fl. 12).

É o relatório.

As Turmas integrantes da Terceira Seção desta Corte, na esteira do preceituado na Súmula 691/STF, têm entendimento pacificado de não ser cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão de relator indeferindo medida liminar em ação de igual natureza, ajuizada nos Tribunais de segundo grau.

Esse posicionamento pode ser afastado apenas em situações excepcionais, se evidenciada a configuração de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, o que aqui não se observa.

Ora, o Relator do prévio *writ*, ao avaliar o pedido então apresentado na origem, simplesmente constatou a ausência dos pressupostos autorizadores da medida liminar requerida. Além disso, entendeu que *é, mesmo, relevante aguardar as informações do magistrado impetrado, antes de qualquer deliberação, que poderia se mostrar açodada e inadequada, mesmo porque, no interregno, podem ter se verificado intercorrências relevantes como, por exemplo, eventual regressão de regime por força de falta disciplinar, ou mesmo, por outro lado, a própria concretização da transferência almejada* (fl. 16 - grifo nosso).

Diante da inadmissível supressão de instância, convém aguardar o trâmite regular do *habeas corpus* na origem, a fim de permitir que o órgão competente analise em maior profundidade a matéria ali levantada.

Pelo exposto, **indefiro liminarmente** a petição inicial (art. 210 do RISTJ).

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

